## COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO Nº , DE 2022 (Do Sr. Ivan Valente)

Requer a convocação do Ministro da Saúde, para prestar esclarecimentos acerca de repasses realizados ao sistema de saúde a municípios do estado do Maranhão com recursos de emendas do Relator Geral do Orçamento denominadas RP9 e em ações indicadas por parlamentares.

Senhor Presidente,

Requeiro à Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), que ouvido o plenário da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, se digne adotar as providências necessárias à convocação do Ministro da Saúde, para prestar esclarecimentos acerca de repasses realizados ao sistema de saúde a municípios do estado do Maranhão com recursos de emendas do Relator Geral do Orçamento denominadas RP9 e em ações indicadas por parlamentares

## **JUSTIFICATIVA**

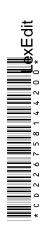
O veículo de imprensa a piauí¹ realizou uma investigação voltada a repasses realizados por meio do Orçamento da União voltados ao sistema de saúde a municípios que não apresentaram melhora significativa no setor.

Restou evidenciado que inúmeras cidades que receberam verbas per capita elevadas, por exemplo o município de Afonso Cunha onde o valor per capita passou de 520 reais. Igarapé Grande o valor per capita chegou a 590 reais por habitante. Nesse sentido, cumpre destacar que nenhuma outra cidade do Brasil, entre capitais ou interior, registrou valores tão altos per capita.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> https://piaui.folha.uol.com.br/materia/farra-ilimitada/



\_



Em análise realizada pelo veículo de imprensa, restou constatado que o munícipio de Bela Vista do Maranhão, apesar de não ser uma exceção acabou ganhando destaque com os valores destinados à cidade pelo Orçamento da União.

No ano passado, Bela Vista recebeu 5,5 milhões de reais em verbas de emendas parlamentares para pagar exames e consultas com profissionais especializados, gastos que fazem parte da chamada atenção de Média e Alta Complexidade - MAC. O valor em referência é mais do que receberam as secretarias de saúde de onze capitais, entre elas Florianópolis, Natal, Vitória, Belém e Manaus.

Considerando que Bela Vista tem apenas 11,3 mil habitantes, os 5,5 milhões resultam numa média de 490 reais per capita, quantia muito superior à média nacional, de 20 reais por habitante.

Destaca-se que os munícipios recordistas com altos valores per capita ficam no estado do Maranhão, que concentra pouco mais de 3% da população brasileira. Alheio a este fator, foi localizado Barretos em São Paulo, onde parte do dinheiro vai para o Hospital de Amor, o antigo Hospital de Câncer, uma das instituições filantrópicas mais conhecidas do país.

Os repasses destinados à saúde realizados ao estado do Maranhão têm crescido em ritmo acelerado, onde em 2020 o estado ficou em 7º lugar no ranking nacional. Subindo ainda no ano passado para o 5º lugar, ficando atrás somente de estados maiores, como: Minas Gerais, Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro. Ainda conforme veículo de imprensa, as liberações realizadas até o mês de junho colocam o Maranhão no topo do ranking de repasses destinados à saúde.

Cumpre destacar que Deputados e Senadores possuem podem encaminhar verbas destinadas à saúde para municípios de sua escolha, entretanto respeitando o limite as remessas não sejam superiores aos valores informados pelo município como gasto no ano anterior. Frente a isso, ao conferir os dados do Departamento de Informática do SUS (DataSUS), o





veículo de imprensa piauí identificou que os municípios estão informando que seus gastos tiveram um salto de um ano para o outro, o que eleva o teto do que podem receber no ano seguinte<sup>2</sup>.

Ao analisar os dados dos relatórios de atendimentos médicos no SUS, restou evidenciado que as prefeituras estão apresentando números fictícios de serviços de saúde.

A apresentação de números fictícios de dados relacionados à saúde para repasse de verbas, acabou criando situações esdrúxulas, como o ocorrido em Pedreiras que fica a cinco horas de São Luís e conta com cerca de 39 mil habitantes, e nesse sentido informou que no decorrer de 2021 realizou 540,6 mil exodontias, o nome técnico da extração dentária.

Para que os dados apresentados pudessem ter conexão com a realidade, teriam que ser extraídos 14 dentes de cada habitante. Ademais, nos primeiros quatro meses deste ano, já foram mais 220,4 mil extrações, o que resultaria em 19 extrações por habitante, mais ou menos a metade da arcada dentária de todos os moradores<sup>3</sup>.

A análise dos relatórios de atendimentos enviados ao SUS, revelam exames e consultas fantasmas, além de serviços de saúde nunca prestados pelas prefeituras. As cidades do Maranhão estão recebendo mais recursos para a saúde do que o destinado a outras unidades da federação, fato este que coloca em evidência uma conexão direta entre Brasília e as cidades do interior do Maranhão. Ao mesmo momento em que o novo limite sobe, o total das remessas sobe junto.

O esquema de milhões tem sido abastecido com o Orçamento Secreto, mecanismo este utilizado para comprar apoio no Congresso Nacional. O mecanismo em referência já foi utilizado para inúmeros desvios de verbas que vieram a público, como o das máquinas agrícolas e tratores superfaturados, desvios no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> https://piaui.folha.uol.com.br/materia/farra-ilimitada/



<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> https://piaui.folha.uol.com.br/materia/farra-ilimitada/

- FNDE, ainda nesse sentido, o mais novo escândalo do orçamento secreto é na área da saúde.

Em maio passado, o jornal O Globo começou a tratar do assunto em uma reportagem na qual mostrou que o governo Bolsonaro havia entregado o controle das verbas da saúde para os aliados no Congresso, que, por sua vez, vinham turbinando os recursos do Fundo Nacional de Saúde via orçamento secreto. De 2019 a 2021, informou o jornal, as verbas do FNS cresceram 112% e o grosso do dinheiro é destinado para os redutos eleitorais de caciques do Centrão.

Ademais, há um outro fluxo das verbas que percorre um notável circuito de fraudes: as prefeituras falsificam informações ao SUS para inflar seu teto orçamentário para que os parlamentares enviem verbas correspondente ao volume inflado, entretanto uma parte das verbas que pode chegar até 30% do total dos recursos enviados à prefeitura, vira o que os corretores de propina em atividade no Congresso Nacional chamam de "volta", o que corresponde ao percentual que a prefeitura tem que devolver ao parlamente que assinou a emenda beneficiando o município, ou seja, é uma propina paga com verba da saúde.

A propina paga com verba da saúde por meio da "volta", deixa claro o real motivo do apreço de alguns parlamentares ao Orçamento Secreto, tendo em vista que a identidade do autor da emenda não é divulgada.

Ressalta-se que apesar de repasses numerosos, o que se revela em verdade nos municípios é a ausência de assistência à saúde e precariedade do sistema, o que confronta os valores destinados para melhoria da área da saúde.

O Maranhão é o destino dos maiores valores do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, destinados ao custeio de atenção básica e de Média e Alta Complexidade - MAC, mas é também o campeão nacional de repasses de emendas do orçamento secreto em todas as



áreas, o que abre espaço para a possível existência de uma coordenação central voltada para administrar a operação.

O Orçamento Secreto chegou a ter os repasses suspensos pelo Supremo Tribunal Federal, até que tudo fosse divulgado e trazido a transparência. Entretanto, visando evitar impactos catastróficos voltados à área da saúde e educação, a Ministra Rosa Weber, acabou liberando as emendas, mediante compromisso de que o Congresso adotaria a transparência como regra. O que não tem acontecido na prática, quando nos deparamos com inúmeros escândalos de desvios por meio do Orçamento Secreto, sem a menor observância da boa-fé.

As verbas do SUS são definidas por gestores de saúde nos três níveis – municipal, estadual e federal. Levam em conta fatores demográficos, epidemiológicos e a capacidade instalada de cada cidade. Desse modo, cria-se um equilíbrio entre os quase 6 mil municípios brasileiros, evitando que uns recebam mais, ou menos, do que são capazes de administrar e gastar. Entretanto a falha dos controles internos segue desorganizando a distribuição de recursos, sendo destinados a interesses particulares, além de parte dos recursos que acabam em propina, mais conhecida como "volta".

Como se não bastasse, o veículo de imprensa piauí teve acesso a dados que revelam que entre dezembro do ano passado e março deste ano, a cidade de Afonso Cunha, aquela cujo prefeito sabe o "caminho das pedras", transferiu 492 mil reais da conta de custeio do SUS para uma conta geral da prefeitura. Esse tipo de transferência é proibido, pois uma vez que o recurso é depositado na conta geral, ele pode ser utilizado para qualquer outra finalidade e não exclusivamente para a saúde.

O que chama atenção frente a gravidade dos fatos narrados, é a inércia do Ministério da Saúde, onde mesmo diante do recebimento de números visivelmente fantasiosos de dezenas de cidades do estado do Maranhão, nunca ter dado alarme de fraude, ou até mesmo adotado medidas necessárias para diligências para fins de investigação. O que revela fragilidade da área de controle de fraudes do órgão.





Portanto é fundamental que o Ministro da Saúde compareça ao Plenário desta Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, para prestar os devidos esclarecimentos.

Eis porque solicitamos aos nobres pares o apoio a este Requerimento.

Sala das Comissões, 11 de julho de 2022.

IVAN VALENTE
DEPUTADO FEDERAL PSOL/SP

4 Idem

